

Escutar silêncios: notas sobre trauma, memória e apropriação subjetiva

Listening to silences: notes on trauma, memory, and subjective appropriation

Noam Rafael Kramer*

Resumo

Este artigo explora os efeitos do trauma, da memória e do silêncio na transmissão entre gerações a partir da história de um sobrevivente do Holocausto. A escuta de narrativas familiares, realizada fora do enquadre clássico de uma análise, mas atravessada por uma escuta clínica, serve de ponto de partida para articular conceitos psicanalíticos como trauma, sublimação, cripta psíquica e transmissão geracional. O texto investiga como fragmentos de memória e silêncios familiares podem constituir formas de transmissão psíquica, sugerindo compreender o silêncio não apenas como ausência de testemunho, mas como um operador de transmissão das heranças traumáticas. Ao assumir sua implicação subjetiva enquanto neto do sobrevivente, o autor mobiliza uma escuta que busca reverberar os traços de um sofrimento herdado e elaborado ao longo das gerações, compreendendo a escrita como gesto clínico e ético de elaboração do indizível.

Palavras-chave: Trauma. Silêncio. Testemunho. Memória. Transmissão.

Abstract

This article explores the effects of trauma, memory, and silence in the transmission across generations, drawing on the history of a Holocaust survivor. Listening to family narratives conducted outside the classical psychoanalytic setting, yet shaped by a clinical mode of listening, serves as a starting point to articulate psychoanalytic concepts such as trauma, sublimation, psychic crypt, and generational transmission. The text examines how fragments of memory and family silences may constitute forms of psychic transmission, suggesting that silence should be understood not merely as the absence of testimony but as an operator of transmission within traumatic inheritances. By assuming his subjective implication as the survivor's grandson, the author mobilizes a mode of listening that seeks to reverberate the traces of a suffering inherited and elaborated across generations, understanding writing as a clinical and ethical gesture for working through the unspeakable.

Keywords: Trauma. Silence. Testimony. Memory. Transmission.

* Psicólogo clínico, especialista em psicodrama pelo Instituto Sedes Sapientiae. Formação em psicanálise pelo Centro de Estudos Psicanalíticos. São Paulo, SP, Brasil. noam.kramer2@gmail.com

“Calar-se era terrível, falar impossível”.

Elie Wiesel

Introdução

Sou neto de um sobrevivente do Holocausto. Meu avô, Charles Kramer (ז'ל'), foi um homem com uma história repleta de lacunas. Diferente de outros sobreviventes que decidiram divulgar os horrores de um genocídio, o Sr. Charles contou pouco sobre sua vivência. Eu comparo meu avô ao campo de extermínio de Treblinka que foi deliberadamente destruído, como um apagamento de evidências. Atualmente no local do campo, há um monumento com rochas que simbolizam as comunidades perseguidas e exterminadas no local. Outros sobreviventes como Primo Levi ou Elie Wiesel que comparo com Auschwitz-Birkenau e Majdanek estão impecavelmente conservados, necessitam pouco esforço da memória para perceber o que acontecia lá. Ambas as formas produzem reverberações, cada uma à sua maneira. Mas em Treblinka é necessário investigar o passado, buscar fontes que contam indiretamente os fatos, olhar a floresta em volta e não se render à beleza bucólica da natureza polonesa. É preciso imaginar o que acontecia lá. É preciso erguer um monumento para não se esquecer, preencher com algo o vazio do indizível. As memórias do meu avô acabam se parecendo com essa metáfora, pela forma como ele foi capaz de lidar.

Silenciando aspectos de sua história, talvez tentava esquecer, talvez guardar, tentando conter algo dentro de si, ou tentando perder esse algo em si mesmo. Se pensarmos a psicanálise como o tratamento pela fala, o não dito é sinônimo de adoecimento? Ou pode-se advogar pelo direito ao silêncio? O que fazer com o indizível, no sentido de quando as palavras não dão nem nunca darão conta de traduzir o horror? Essas perguntas tornam-se ainda mais complexas quando consideramos não apenas aquele que viveu o trauma, mas também as gerações que herdaram seus silêncios. Como os descendentes podem escutar aquilo que não foi dito? Como se apropriar de algo de que não se fala?

Munido de conceituação psicanalítica, pretendo explorar algumas memórias familiares do meu avô, coletadas ao longo de conversas com seus três fi-

1. Z'L é um uma abreviação transliterada para *Zichrono Livrachá* / הזכרון והרחי, que significa “de abençoada memória”. É um título honorário religioso que se coloca em respeito a alguém que já faleceu. Por mais que essa escrita seja científica, entendo que a temática da memória faz com que essa homenagem seja adequada, por mostrar o peso da memória para o judaísmo.

lhos – meu pai Marcio, meu tio Jorge e minha tia Tzipy. Este trabalho se centra na articulação entre trauma, memória e transmissão e não pretende desvendar nenhum segredo ou silêncio. Escrever este texto é inclusive um esforço de respeitar o silêncio e valorizar a memória que se constrói a partir das bordas do indizível. Além disso, essa escrita é uma forma de me apropriar da herança familiar subjetiva e das reverberações presentes que surgem de um passado traumático. A escrita deste texto assume o entrelaçar entre teoria e narração, como uma leitura clínica da transmissão que o Sr. Charles Kramer deixou para seus filhos e netos.

Ainda que essas conversas entre familiares não se dessem em uma proposta tradicionalmente analítica, nelas havia algo que exigia uma escuta afinada ao que escapa. Os modos, os afetos contrastantes, os detalhes e as lacunas narrativas me convocavam a escutar mais do que o conteúdo: escutar quem falava e como falava. Ao longo dessas conversas, percebi que essa escuta de narrativas familiares investigava o modo como esses testemunhos organizam a memória familiar. Escutei como filho e sobrinho por muitos anos, e em determinado momento percebi articulando minha escuta enquanto analista.

Posição de escuta e implicação metodológica

Nunca escutei diretamente meu avô. Nas minhas memórias mais antigas, ele já era um senhor acamado que não falava mais, devido ao 2º derrame que sofrera. A imagem que tenho dele é sempre deitado em sua cama, comigo e outros familiares em volta. Por vezes víamos televisão juntos, por outras apenas permanecíamos em volta dele deitados ou sentados na cama, como num gesto de carinho e respeito. Sua presença então impunha-se como silenciosa por uma questão orgânica, e ao mesmo tempo, da nossa parte havia uma postura de cuidado e reverência. Desde pequeno eu sabia que meu avô tinha enfrentado algo incomensurável, embora o que exatamente tivesse acontecido só tivesse sido esclarecido posteriormente. A experiência infantil diante desse silêncio pode ser compreendida retrospectivamente como uma espécie de implicação contratransferencial. Me sentia diante de algo denso, fantasmagórico e violento, já que não havia possibilidade de alguém contar o que tinha acontecido. Havia uma mistura ambivalente de interesse e evitação que me preenchia de ímpeto e temor ao mesmo tempo.

O que escutei a respeito de sua vida foram narrativas mediadas pelo meu pai, tios e avó. Ao longo de minha infância e juventude até mais recentemente

nos últimos anos, essas conversas sempre se davam informalmente, e eu era apenas um neto recebendo a carga familiar de nossa história. Perguntava com sensibilidade, mas sempre com curiosidade genuína, sabendo que ali residia um território memorial delicado. Havia ali também uma intenção de me apossar da história de meu avô, e no limite, da história do meu povo. Da minha história.

Com meu processo de análise pessoal, e posteriormente com o ofício da clínica, minha postura frente ao testemunho também começou a se deslocar. Passei a atentar não apenas ao conteúdo narrado, mas ao modo de dizer. Começava a notar que, para além dos fatos narrados, havia também um modo de narrar que organizava e transmitia a memória. O que se contava enfaticamente? E o que se escolhia não contar? Essa mudança de foco deslocou também minha própria posição subjetiva na escuta.

Nesse contexto, a contratransferência se apresentou como instrumento de trabalho: foi na inquietação provocada pelo silêncio e na ambivalência entre silenciar e falar que se delineou o campo desta escrita. O que estávamos herdando enquanto família? Como se contavam as histórias a respeito do Sr. Charles?

Como argumentam Laub e Hamburger (2017, p. 11), o testemunho não ocorre no vazio, mas pressupõe a presença constitutiva de um ouvinte. Nesse sentido, o silêncio convoca participação e elaboração. A transmissão da memória é em si uma reorganização feita pela presença de quem escuta. Assim, a escuta aqui descrita pode ser compreendida como uma escuta implicada, na qual os afetos despertados funcionaram como bússola para a investigação das zonas menos elaboradas da transmissão familiar.

Ao decidir escrever este artigo minha postura de escuta se tornou assumidamente de analista, mesmo que fora do *setting* convencional. Convidei individualmente meu pai, meu tio e minha tia para explicar a proposta da escrita e fazer perguntas abertas, deixando que falassem livremente sobre o que sabiam da história de seu pai e lembranças que tinham dele. Trata-se, portanto, de uma investigação da transmissão geracional do trauma, realizada a partir de uma escuta implicada, consciente de que o pesquisador não se encontra fora do campo que investiga, porém, atravessado por ele.

Em cada uma dessas três conversas, pude notar como o efeito do silêncio ressoou diferente para cada um dos filhos. O silêncio era tanto uma forma de se defender da violência vivida, quanto uma forma de demonstrar sua intensidade. Também pude notar que as ênfases que cada um punha demonstram como cada um dos filhos via seu pai de forma específica, por vezes mais frágil, por outras, violenta. Por vezes habilidoso e perspicaz, por outras precá-

rio e rudimentar. Essa oscilação sugere que a transmissão não se dá apenas pelo que é dito, mas também pela forma como cada descendente organiza e interpreta a herança paterna.

Os afetos demonstrados variaram: desde incompreensão com atitudes específicas até tentativas de interpretação de hábitos inflexíveis. Aparentemente, rememorar as histórias de meu avô não foi difícil ou penoso para meu pai e tios, havia uma sensação de construção de imagem, salvo histórias específicas que por vezes trouxeram vozes embargadas ou risadas sinceras. De minha parte, me sentia transitando por uma espécie de subterrâneo que afunilava a ponto de se tornar apertado, como se a evitação de meu avô em falar também fosse trazida à tona pelos seus filhos. As histórias recorrentes foram repetidas pelos três muito rapidamente, e o acesso a esse subterrâneo apertado se deu de forma mais lenta e não linear. Nas primeiras histórias, pude notar que havia uma ênfase de um Charles narrado como sujeito ativo, em contraposição a um sujeito passivamente vitimado. Charles desde cedo foi convocado a responder frente ao desamparo, e esse semblante atravessou a narrativa dos três filhos.

A escrita deste texto prolonga essa escuta familiar, transformando-a em trabalho psíquico e conceitual sobre aquilo que foi herdado, interrogando as formas pelas quais o trauma atravessa gerações e encontra novos modos de elaboração. Entendo que me implicar nessas escutas e depois nesta escrita é uma forma de me apoderar dessa herança familiar.

O trauma

A partir das narrativas coletadas e das lacunas que as atravessam, é possível esboçar uma leitura dos efeitos de seu trauma na forma como foi lembrado e transmitido pelos filhos. Ao longo dessa coleta, pude perceber como eu recebia essas memórias, e como elas reverberam em mim. Também notei meu pai e meus tios de certa forma interpretando alguns episódios do meu avô. Me parece que esse movimento de interpretá-lo demonstra como os filhos organizaram a memória de seu pai. Apresento algumas memórias biográficas, e construo em conjunto com a interpretação dos seus filhos algumas hipóteses sobre a transmissão familiar.

O conceito de trauma acompanha Freud por quase toda sua pesquisa e edificação teórica. Para essa escrita, o trauma é debatido em seu sentido econômico, sendo definido como “um acréscimo de estímulos tão grande que sua liquidação ou elaboração, pelos meios normais e habituais, fracassa, o que não

pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético” (FREUD, 1916-1917/2014, p. 377). Já em *Introdução à psicanálise das neuroses de guerra*, Freud observa que: “Nas neuroses traumáticas e de guerra, o Eu do indivíduo se defende de um perigo que o ameaça desde fora, ou que é corporificado numa postura do próprio Eu” (FREUD, 1919/2010, p. 42).

O evento traumático que meu avô viveu durou alguns anos, e começou aproximadamente quando tinha 9 anos de idade. Seu nome de nascença é Szyja², que por sua vez remete ao seu nome em hebraico: Yehoshua. Filho caçula de Yisrael Yitzchak e Tzippa, nasceu em 30/10/1930 no *shtetl* chamado Ostrowiec, de tamanho mediano para a época (16 mil judeus). Em 1940, o *shtetl* se tornou gueto de Ostrowiec, e nessa época a irmã mais velha comprou documentos adulterados para Szyja, forjando uma idade maior do que a real. Em 1942 foi deportado para o campo de Bergen-Belsen, e lá trabalhou como escravo nas minas de carvão. De Bergen-Belsen, foi encaminhado para Auschwitz-Birkenau. Fugiu duas vezes do campo, e surpreendentemente voltou (uma vez por sobrevivência, outra por ter sido recapturado). Seguiu trabalhando nas minas de carvão. Só saiu definitivamente quando todos os prisioneiros foram libertados em 1945. Como dito na introdução, pouco se sabe sobre sua vivência nesse período entre 1942 até 1945. Sabe-se que ele apanhou injustamente por ser acusado de roubar sopa quando trabalhava nas minas de carvão, a ponto de não conseguir andar no dia seguinte, e também se sabe que foi mordido por um cão pastor-alemão quando capturado de sua segunda fuga, o que lhe deixou uma cicatriz em sua perna.

Esses relatos não foram os primeiros a ser contados, mas por uma questão textual, decidi elencá-los em forma cronológica. Ter escutado essas narrativas foi intenso e desconfortável. Foi notável em meu pai e tios como, para além do pouco material biográfico que tinham desse período, definitivamente não era esse o enfoque que queriam dar de seu pai. Queriam transmitir outra percepção, mas já que eu parecia disposto – e inclusive curioso – a escutar essa parte de sua vida, aceitaram compartilhar. Eu sentia afetos contraditórios, algo de uma confirmação íntima, mórbida e repulsiva diante da barbárie. Também senti uma certa misericórdia que parecia inadequada. Assim como meu pai e tios, não quero sentir que meu avô merecia uma consternação piedosa e bucólica, pelo menos, que não seja de uma forma a fazê-lo eterna vítima.

2. Optei por nomear meu avô tanto como Szyja quanto Charles ao longo do texto de acordo com a época que me refiro a ele. Não se sabe ao certo quando meu avô assumiu Charles como seu nome, há apenas uma estimativa de que essa mudança se deu antes de sua chegada ao Brasil.

Talvez haja algo do trauma que jamais poderá ser completamente narrado. Essa ideia é explorada por Felman e Laub, e mais adiante será aprofundada. Nesse primeiro momento cabe delimitar o período traumático de aproximadamente 5 anos – entre 1940, quando o *shtetl* se tornou gueto, seguido de sua deportação para campos de concentração até sua libertação em 1945. Dos 10 aos 15 anos de idade, Szyja ficou desamparado de sua família e foi submetido a uma desumanização e desindividualização. Tomaram sua família, seu *shtetl*, suas roupas, seu cabelo, inclusive seu nome. Szyja agora era um número que carregava em seu braço. Um dos filhos levanta a hipótese de que precisamente por essa desumanização e desindividualização que Szyja não tenha tantas memórias. A escassez das memórias narradas pelos filhos me levou a pensar a respeito dos mecanismos defensivos de que um sujeito dispõe, e a cisão com seu Eu para suportar uma vivência dessa magnitude pareceu uma saída possível.

Essa hipótese ressoa com a noção de clivagem narcísica desenvolvida por Sándor Ferenczi, segundo a qual o trauma patogênico, especialmente quando não acolhido ou compreendido por figuras adultas, gera uma dissociação da personalidade. Para sobreviver psíquica e fisicamente, a criança “desprende agora um fragmento de si mesmo” que cuida da parte ferida e traumatizada, como um “anjo da guarda” interno que assume o controle da situação (FERENCZI *apud* OSMO & KUPERMANN, 2012, p. 333). Nesse processo, o eu sensível se retira, e um eu anestesiado se impõe como forma de adaptação extrema à violência. É possível, portanto, que Szyja tenha vivido algo semelhante: um silenciamento não apenas social, mas interno. Um enclausuramento do sofrimento que o impediu de elaborar narrativamente o que lhe aconteceu em troca de uma sobrevivência, ainda que este sobreviver fosse frágil e rudimentar.

Além da ideia de clivagem narcísica, Ferenczi também contribui com mais uma reflexão. O autor concebe o trauma patogênico como estruturado em dois tempos: o primeiro, de choque, é a vivência de uma experiência súbita, inassimilável, que quebra o sentimento de continuidade e coesão psíquica; o segundo, de desmentido, ocorre quando a dor do sujeito não encontra escuta, sendo ignorada ou silenciada por quem deveria acolhê-la. Como afirmam Osmo e Kupermann, “o comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma” (OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 332), e “será justamente o desmentido que tornará o trauma patogênico” (*Id., ibid*, 2012, p. 333). No caso de Szyja, a ausência de adultos confiáveis ou instituições que legitimassem sua dor pode ter operado esse desmentido não apenas enquanto negligência, mas como estrutura psíquica: um eco mudo que impediu a simbolização da catástrofe vivida. O trau-

ma, portanto, não se encerra no evento. Ele se consoma na solidão da ausência de testemunho.

Esses dois conceitos na verdade serviram para me organizar enquanto neto e analista. Diante do incomensurável que foi a violência genocida nazista, imaginar meu avô enquanto adolescente me desorienta. Ter sua vida interrompida, tornar-se escravo em minas de carvão, fugir e voltar para os campos de concentração. Não há nada de heroico nisso, há um sujeito cindido de si próprio que sobrevive. Transformar meu avô em herói é também desfocar dos perpetradores da violência. Preferia que meu avô não fosse herói nem vítima, se isso o poupasse do que viveu. Também me desorienta o sofrimento desmentido. E, desde que comecei a ter contato com a obra de Ferenczi, esse conceito me remetia aos sobreviventes da *Shoah* em contraposição a revisionistas e negacionistas do Holocausto.

A experiência vivida por Szyja e por milhões de vítimas é sem dúvida traumática. Estima-se que aproximadamente 3,5 a 4 milhões de judeus tenham sobrevivido ao Holocausto por diferentes meios, incluindo o refúgio em outros países, a ocultação em territórios ocupados e a libertação dos campos de concentração nazistas. O regime nazista foi responsável pelo assassinato sistemático de aproximadamente 14 milhões de pessoas. Entre os grupos assassinados estavam cerca de 6 milhões de judeus, 500 mil ciganos, 300 mil pessoas com deficiência, 15 mil pessoas LGBTQ+, 10 mil opositores políticos, 5 mil testemunhas de Jeová, entre outras populações.³

Sobreviver: entre silêncios, sintomas e deslocamentos

A partir dos relatos colhidos, sei muito mais sobre a vivência pós-traumática do que sobre o trauma em si. Meu avô teve que aprender a viver apesar do horror genocidário, carregando marcas desse episódio até o fim da vida. A seguir, apresento um breve recorte de sua trajetória, entre causos, traços de personalidade e dados biográficos que serão retomados na seção seguinte à luz da psicanálise.

Szyja Kramer, acompanhado do irmão de consideração Moshe, foi libertado dos campos de concentração com 15 anos. Um dos poucos relatos que fazia com tranquilidade era sobre o dia em que roubou duas bicicletas deixadas por padres diante de uma igreja. Ele e Moshe atravessaram parte da Polônia pedalando, e jogaram as bicicletas em um lago. Seus três filhos contam que

3. (United States Holocaust Memorial Museum, 2024).

meu avô narrava essa história com um riso duro, como quem saboreia uma vingança possível. Inclusive, essa era uma das histórias que meu avô mais facilmente relatava sobre si, dando a entender que a transmissão de si que desejava passar estava mais ligada a alguém que revida, que é ativo perante a vida.

Encaminhado a um orfanato na Bélgica pela *Joint Organization*, permaneceu lá por pouco tempo. Certa vez, golpeou com uma raquete de tênis de mesa a cabeça de um garoto mais velho que provocava os demais. Esse relato foi contado muitas vezes pelo meu pai ao longo de minha vida com certo orgulho e comicidade. Minha tia aparentemente não sabia ou não lembrava.

Szyja logo saiu do orfanato e tornou-se aprendiz de joalheiro, recebendo comida e moradia em troca do trabalho. Ali teve seus primeiros contatos com a cultura e a arte: aprendeu francês, interessou-se por moda, piano e literatura. A joalheria tornou-se sua ocupação profissional até o fim da vida.

Nos anos 50, ainda em movimento, Szyja decide embarcar em um navio, e muda-se inicialmente para a Venezuela junto de Moshe. Finalmente, da Venezuela, parte para o Rio de Janeiro sozinho. Não se sabe exatamente quando Szyja assumiu-se como Charles, mas já chegou no Brasil com esse nome. Encanta-se com a cidade maravilhosa, que vivia anos dourados. Ao narrarem essa fase imigrante, dois dos três filhos se perguntaram o quão surpreendente deveria ser a experiência de um jovem polonês sobrevivente da Shoah chegar no Rio de Janeiro nos anos 50.

Foi apresentado à paulistana Berta Tajtelbaum (z'l) que viria a se tornar sua esposa e futuramente minha avó. Mudou-se para São Paulo na segunda metade da década de 50. São Paulo foi a cidade onde o Sr. Charles definitivamente se instalou e teve os 3 filhos, Márcio, Jorge e Tzipy.

Seu ofício de joalheiro era parte integral de sua personalidade. Ele tinha seu ateliê no centro da cidade, e seu parceiro de trabalho chamava-se Romano. Comercializava suas joias para conhecidos judeus e não judeus. Costumava, modelava artefatos judaicos como estrelas de David, os símbolos *Chai* e *Hamsa*, entre outros.

Minha tia era quem mais tinha proximidade com seu pai, e conta que ele não gostava de ambientes muito cheios ou apertados. Em apresentações escolares de fim de ano ou de alguma comemoração, ele sempre ficava perto da porta de saída, mesmo com minha tia insistindo para ele se aproximar do palco. Minha tia conta que costumava dançar com seu pai na sala de casa, e inclusive esse era um momento em que Charles conversava mais.

Quando meu pai e meu tio brigavam na infância, Charles apartava as brigas gritando “*Raus!*” (fora, em alemão) de forma colérica e raivosa. Disse meu tio

que seu pai parecia um soldado alemão gritando. Os dois imediatamente cessavam a confusão. Tive sensações contraditórias ao escutar a respeito disso, por um lado impressionado que um judeu sobrevivente da Shoah e pai apartasse uma briga assim como um guarda nazista dos campos. E, em alguma medida, me vi pensando em conceitos sobre internalização da violência sofrida.

Meu tio contou que um valor muito importante para seu pai era relacionado ao não desperdício de comida. Tudo aquilo que fosse colocado no prato deveria ser comido sem nenhuma possibilidade de negociação. Quando uma vez meu tio não quis comer tudo, Charles o repreendeu rigidamente, e contou sobre a situação de fome que passara nos campos de concentração. Disse que por muito menos comida faria qualquer coisa na época.

Charles sofreu de insônia ao longo de muitas noites de sua vida. De vez em quando, tocava piano nas madrugadas em que não conseguia dormir. A música parecia um modo possível de expressão, quando as palavras falhavam. Senti na narrativa dos filhos que havia um quê de sublime em relatar isso, como se fosse um gesto definitivo de humanidade.

Quando perguntado pelos filhos sobre suas histórias durante o Holocausto, Charles dizia que preferia não lembrar nem falar por não conseguir dormir nas noites seguintes ao relato. Ficava nervoso e mudava de assunto. Dada a reação, os filhos não insistiam. Não se sabe o quanto minha avó Berta sabia das histórias.

Não é consenso entre os filhos se Charles esqueceu a língua polonesa ou se nunca aprendeu muito mais que algumas palavras, já que no *shtetl* a língua oficial era o *yiddish*. Mas é notório que meu avô renunciou à identidade polonesa. Não aceitou a indenização que a Alemanha ofereceu aos sobreviventes, nem nunca permitiu aos seus filhos e netos obterem passaporte e cidadania europeia. De fato, uma vez que meu pai visitou a Polônia em um congresso sobre educação em homenagem a Janusz Korczak, seu pai ficou verdadeiramente contrariado e ofendido. Essa briga se estendeu por alguns meses em forma de silêncio.

Era um homem pontual, formal e silencioso. Nunca deixava à mostra os números tatuados pelos nazistas em seu braço. Esse era um assunto de foro íntimo, que não dizia respeito a ninguém mais do que ele mesmo. Charles não foi um homem muito religioso, e poderia ser visto como um judeu de costumes tradicionalistas. Sua judeidade refletia-se na educação passada aos filhos, na participação comunitária, e evidentemente em sua memória. Tinha apreço pela cultura *yiddish*, sendo que esse idioma era falado em casa com sua esposa e com outras pessoas de seu círculo social judaico. Os filhos

entendem razoavelmente e sabem falar algumas frases, ditos populares e expressões. Sua presença era marcada por rigidez e reserva, mas também por um humor mordaz. Era um homem que valorizava a leitura, apreciação musical e cinematográfica. Meu pai conta que meu avô gostava especialmente de filmes sobre a Segunda Guerra Mundial, pois podia assistir aos nazistas sendo derrotados várias vezes.

Charles faleceu em 1998, após complicações de um segundo derrame. Teve dezoito netos, embora não tenha conhecido todos em vida. Seus filhos seguiram caminhos distintos: alguns mais ligados à ortodoxia judaica, outros à tradição cultural e à conexão com Israel. Mesmo levando em conta como cada filho tenha lidado com o peso familiar, é inegável que a marca de sua experiência atravessou as gerações.

O que se faz com um trauma

O silêncio como testemunho: Felman & Laub e a escuta do indizível

A partir desses depoimentos, é possível refletir à luz da psicanálise sobre o que meu avô Charles fez com sua vivência e como sua memória é transmitida para as gerações seguintes. O motivo primeiro que me moveu a escrever este trabalho é a respeito do silêncio que meu avô fazia quanto ao seu trauma. Ao longo da minha vida, acredito que esse silêncio se tornou fantasmagórico em alguns momentos, precisamente por ser impossível de falar. Havia algo de ensurdecador nesse silêncio, que com a maturidade começou a ser justificável e menos temerário.

Para pensar o indizível, encontrei o livro *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history*⁴ (1992) de Shoshana Felman e Dori Laub. As autoras debatem como a experiência do testemunho é psíquica e histórica, enfocando precisamente o contexto do Holocausto. O aspecto de maior valor que a obra oferece para a questão do silêncio reside na ênfase em que o trauma não é apenas aquilo que se conta, mas também aquilo que escapa à linguagem, tornando o ato de testemunhar sempre incompleto e fragmentado: “A história que o sobrevivente conta nunca é a história do trauma em si. As palavras estão sempre ausentes, o evento é sempre compreendido e lembrado de forma incompleta” (FELMAN; LAUB, 1992, p. 69).

4. Esse livro não foi traduzido para a língua portuguesa. Decidi deixar o título em sua língua de origem, e os trechos usados foram feitos por tradução livre da minha parte.

A magnitude de traumas advindos de genocídios é tão potente que não se destina apenas a destruir os corpos, mais além disso: “O trauma do Holocausto não é apenas a destruição de suas vítimas, mas também a destruição do testemunho: a destruição da possibilidade de falar e a impossibilidade de ser ouvido” (*Id., ibid.*, 1992, p. 80).

Ainda sobre silêncio, as autoras afirmam que o silêncio não é mera ausência de testemunho, senão que, paradoxalmente, é uma das formas mais expressivas de marcá-lo (*Id., ibid.*, 1992, p. 72). Talvez isso explique o porquê de quando criança, eu sentir esse silêncio tão amedrontador. Nota-se que o silêncio então é uma presença na ausência, contraditória e desconfortável. É evidente que algo aconteceu, mas que escapa à linguagem.

Seguindo as autoras, talvez a intenção de meu avô tivesse sido de preservar seus filhos, poupá-los de qualquer sofrimento que esse trauma ainda pudesse causar. Ainda que não possamos afirmar se essa foi a intenção precisa e consciente de meu avô, os três filhos o narram dessa forma. Um testemunho não é feito apenas pelo sobrevivente, mas é uma experiência compartilhada entre aquele que fala e aquele que escuta, que se põe como testemunha: “Não há testemunho sem um destinatário, sem a presença de um outro que escuta, que recebe. O ouvinte, portanto, é co-proprietário do passado traumático, uma testemunha co-responsável pelo que está sendo contado” (*Id., ibid.*, 1992, p. 58). É preciso então perceber-se como corresponsável de um passado quando nos prestamos a escutar. Escutar como uma atitude e uma produção de sentido, que se reedita no seu fazer.

Recalque, sintomas e reinvenção subjetiva

Se o silêncio era intencional ou não, podemos observá-lo pela óptica do recalque. De forma sucinta, Freud descreve recalque como o fenômeno psíquico de “rejeitar e manter algo afastado da consciência” (FREUD, 1915/2010, p. 63). Se assumirá o recalque como sendo uma operação que o aparelho psíquico promove para repelir ou afastar da consciência as representações que podem gerar desprazer, por serem moralmente inaceitáveis ou ameaçadoras.

Já em *Moisés e o monoteísmo*, Freud atenta-se para o processo de ressurgimento desse conteúdo esquecido de forma transmutada, onde define seu conceito de retorno do recalcado (FREUD, 1939/1975, p. 125). De acordo com Laplanche e Pontalis, o retorno do recalcado pode ser definido como um “processo pelo qual os elementos recalcados, nunca aniquilados pelo recalque,

tendem a reaparecer e o conseguem de maneira deformada sob a forma de compromissos” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 601).

Se havia um silêncio em forma de esquecimento, a produção de sintomas era esperada. Tanto eu quanto os filhos acabaram por entender que a história do meu avô era repleta de retornos de conteúdos reprimidos. A insônia provavelmente poderia ser derivada de sonhos traumáticos. Ao conversar com meu pai e tios a respeito da pontualidade rígida de meu avô, ela foi entendida como um traço organizador, uma espécie de ímpeto em colocar uma ordem em sua desordem interna. Aqui também é possível identificar sua angústia em ficar em lugares apertados, ou distante da porta de saída. Parecia aí que meu avô se recusava a reviver uma cena (ou uma época) onde não tinha espaço nem saída. Independentemente da dinâmica psíquica interna de Charles, essas características eram parte da imagem que transmitia.

Além disso, sua forma de apartar a briga poderia ser considerada quase como um ato falho, quando em momentos de nervosismo, reproduzia precisamente o idioma e comportamento que um dia foram reproduzidos pelo seu algoz. Gritar “*Raus!*” de forma colérica e violenta não é trivial. À luz da teoria de Ferenczi, esse gesto pode ser compreendido como uma identificação com o agressor, fenômeno em que a criança, diante do trauma, introjeta a figura que a ameaça como uma tentativa de sobreviver psiquicamente. Como descrevem Osmo e Kupermann, a criança “reage ao brusco desprazer, não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e a introjeção daquele que a ameaça e agride” (OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 333). Nesse processo, o agressor deixa de ser uma realidade externa e “torna-se intrapsíquico”, levando à reprodução de gestos e tons que antes causaram dor. No grito de Charles, talvez ressoe não só o controle paterno, mas a reverberação do que um dia ecoou nos campos como comando violento, agora transfigurado em instrumento doméstico.

Finalmente, um traço que me chamou atenção ao longo da vida (e que só recentemente fui descobrir que não há consenso quanto à sua veracidade) é que meu avô teria deliberadamente esquecido o idioma polonês. Não só tinha deixado o idioma e sua identidade europeia para trás, como também seu nome Szyja. Charles foi também uma reinvenção de si mesmo. Mudar o nome poderia fazê-lo mudar de identidade. O impasse dos números tatuados no braço reflete a mesma lógica: se sempre ficarem cobertos pela manga da camisa, talvez se possa viver apesar dessa marca. De acordo com seus filhos, parecia importante deixar Charles se libertar desse passado, reinventar-se. Com o tempo, deixaram de perguntar sobre histórias para ele também não precisar reaquecê-las em sua memória. Esse gesto de os filhos compreenderem o peso insupor-

tável que o pai carregava em sua história, me parece um dos melhores exemplos sobre apropriação subjetiva de heranças traumáticas. Depois de terem – paradoxalmente – compreendido o incompreensível, já não restava mais dúvidas a respeito do passado de seu pai. Mesmo que houvesse curiosidade, o peso incommensurável do silêncio era a melhor resposta que Charles conseguia dar.

Sublimação, elaboração e progressão traumática

Charles, em seu silêncio, talvez tenha encontrado outras formas de dar vazão a uma carga psíquica tão pesada. Freud define sublimação como uma forma de deslocar impulsos reprimidos para uma expressão culturalmente aceita, considerados socialmente elevados (FREUD, 1915/2010, p. 28). Felman e Laub sugerem que a arte pode ser uma forma de testemunho, mesmo quando as palavras falham: “A arte não representa o trauma; ao contrário, ela constrói um espaço onde o trauma pode ser abordado sem ser completamente dito” (FELMAN; LAUB, 1992, p. 115).

Na história de meu avô, é notável sua afeição pela arte e cultura. Tocava piano costumeiramente e inclusive nas madrugadas em que sofria de insônia, e talvez onde não havia palavras para endereçar seu sofrimento, encontrou teclas que emitiam outros sons que não os verbais. Entre algumas interpretações dos filhos, poderia haver aí um trabalho de elaboração muito pertinente. E mesmo que não houvesse elaboração, a característica sublime destacada pelos filhos parece ser central aqui. Um homem que sobreviveu a tamanha brutalidade, tem a delicadeza de tocar piano. Além disso, sua profissão de joalheiro foi interpretada pelos filhos e por mim como uma atividade onde uma pedra bruta é lapidada em algo belo e valorizado. A brutalidade da sua memória pode ter sido lapidada em seu ofício. Sem palavras, mas com gestos que transformavam. Fez desse gesto de transformar brutalidade em beleza sua forma de sustento desde a juventude até quando pôde trabalhar.

Não posso deixar de notar também que houve dois episódios em que Szyja demonstrou impulsos não tão nobres e polidos: ao roubar as bicicletas e ao golpear a cabeça de um menino irritante no orfanato com uma raquete. Esses episódios podem ser compreendidos não como atos desvinculados, mas como efeitos daquilo que Ferenczi denominou progressão traumática. Trata-se de uma resposta precoce e abrupta à violência sofrida, que leva a uma espécie de maturidade forçada, onde a criança se vê compelida a agir como um adulto endurecido, sem que isso signifique elaboração. Nas palavras de Osmo e Kupermann,

essa progressão se configura como “a eclosão surpreendente e súbita [...] de faculdades novas, que estavam aguardando tranquilamente o momento de expressar-se” (OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 334). Em um mundo que o violentava continuamente, Szyja aprendeu a sobreviver não apenas fugindo, mas também revidando, se impondo, talvez até sorrindo ao narrar pequenas vinganças que davam sentido à brutalidade que o formou. Ao mesmo tempo, esses gestos carregam a marca de uma subjetividade ainda em choque, que improvisa com os restos da dor. Ao transmitir essas histórias para os filhos, noto como sua memória é organizada de forma a percebê-lo potente e ativo, disposto a enfrentar as dificuldades da vida, por mais vulnerável que a situação seja.

Transmissão geracional

Ao longo da escrita deste trabalho, percebi que para além de uma investigação da história de meu avô, eu também estava elaborando os efeitos dessa história em mim, no meu pai e em meus tios. A escuta das narrativas mobilizou em mim afetos ambivalentes: curiosidade diante do silêncio, temor fantasmagórico, fascínio mórbido, piedade inadequada, claustrofobia narrativa, desorientação frente ao desamparo, resistência a heroização e vitimização, repulsa diante da barbárie, orgulho diante da beleza e do sublime, satisfação diante de pequenas vinganças, entre outras sensações evocadas que aqui foram relatadas.

Além desses afetos, noto que a imagem narrativa que os filhos de Charles (e por consequência, os netos) reproduzem é de um sujeito ativo e propositivo perante a vida. Alguém que de fato teve um passado difícil, porém que não se prende ou se resume a ele. É alguém visto como hábil, metódico, potente. Também é visto como alguém firme, rígido e reservado. Por fim, alguém que carregava um peso tão grande a ponto de preferir não o compartilhar com ninguém.

Esses afetos e essas imagens narrativas são parte do próprio campo de transmissão. Ao escutar os testemunhos fragmentados me deparei com o que Nicolas Abraham e Maria Torok denominaram de cripta psíquica, e trabalhada por Trachtenberg (2017). A cripta se forma quando traumas não elaborados são silenciados e encapsulados no psiquismo, impedindo sua nomeação e levando à transmissão transgeracional desses conteúdos sob formas sintomáticas. Nas palavras dos autores, há um “luto indizível” (ABRAHAM; TOROK *apud* TRACHTENBERG, 2017, p. 80) que gera um espaço psíquico isolado dentro do sujeito.

O silêncio do meu avô pode ser compreendido à luz dessa concepção: não como uma ausência de testemunho, e sim como uma de suas heranças mais importantes. Por ser um conteúdo de dor inominável e indigesta, fica a cargo das gerações seguintes lidar com essa cripta herdada.

Aqui, a autora (Torok) explica sobre duas formas de transmissão entre as gerações:

A primeira delas, a intergeracional, é a que ocorre entre as gerações, havendo uma distância, um espaço entre o transmissor e o receptor, preservando-se os limites e as bordas da subjetividade. A transmissão transgeracional, ao contrário, é invasiva e ocorre através dos sujeitos e das gerações (TRACHTENBERG, 2017, p. 83).

Em respeito ao meu pai, meu tio e tia, prefiro não definir arbitrariamente se a transmissão ocorrida foi intergeracional ou transgeracional. Também não definirei se meus 16 primos paternos e meu irmão são atravessados de forma invasiva a respeito da cripta psíquica do nosso avô. No meu caso específico, posso dizer que esse ato de escrita é precisamente uma tentativa de reverberar e elaborar o indizível da minha perspectiva. Assumo a primeira pessoa como condição de escutador implicado. A posição de quem escreve é atravessada pelos efeitos da transmissão do silêncio herdado, e a escrita torna-se, nesse sentido, um operador clínico. Escrevo como quem se oferece à posição paradoxal de reverberador de um silêncio singular.

Essa contradição que se sustenta entre o silêncio e a reverberação que, – diga-se de passagem – me acompanha à vida inteira, tem grande influência no aprimoramento de minha escuta enquanto psicanalista. Entendo que ao longo de minha vida estive desenvolvendo hospitalidade a línguas silenciosas ou de difícil compreensão, assim como a de meu avô. Se, como propõem Osmo e Kupermann, “a hospitalidade na clínica implica a possibilidade de reconhecer o analisando como um estrangeiro que possui uma língua estranha ao analista” (OSMO; KUPERMANN, 2012, p. 337), posso dizer que aceitei escutar estrangeiros sem os traduzir à força ou reduzir seus silêncios a categorizações. Em vez disso, tratei de criar um espaço onde o indizível pudesse reverberar, mesmo que em ecos fragmentados.

A escrita e a psicanálise oferecem a possibilidade de romper essa transmissão inconsciente ao permitir que o trauma seja – na medida do possível – nomeado, reconhecido e realocado. Como argumentam Felman e Laub (1992), o testemunho não apenas narra o passado, mas o reinscreve de maneira trans-

formadora. Assim, falar do silêncio do meu avô é construir uma ponte entre sua experiência e a memória herdada.

Conclusão

Retomando a problemática exposta na introdução, entendo que o silêncio é manifestação legítima, e inclusive expressiva, do indizível que meu avô fez em seu testemunho ao longo de sua vida. Dado que todo e qualquer testemunho será incompleto frente ao Holocausto, sua sobrevivência e seus sintomas, seu percurso de imigrante e a criação de uma família, suas sublimações e a transmissão familiar fazem o trabalho de dar algum contorno possível para o indizível.

Percebo como os afetos evocados e a forma como a memória dos filhos e netos se organiza perante seu antepassado apontam para a principal contribuição dessa empreitada: A forma singular com que cada familiar se apropria dessa herança. Para escrever este texto, foi necessário escutar meus tios, meu pai e, principalmente a mim mesmo, nas reverberações dessa história em minha análise pessoal.

Talvez tenha sido essa experiência, ainda que fragmentária, que me aproximou da psicanálise: reconhecer a grandeza de escutar o que, por vezes, só pode ser ouvido tardiamente, indiretamente, ou em silêncio. Nesse sentido, a escrita deste artigo e minha escolha enquanto profissional da escuta podem ser compreendidas como gesto de apropriação: escutar como uma tentativa de transformar o silêncio herdado em campo de escuta, reflexão e transmissão.

O texto aqui exposto foi fruto de um trabalho de memória ativa entre mim, meu pai e meus tios em conversas que invariavelmente, reeditam e reaquecem os testemunhos. Escutar o silêncio, muito além de um gesto clínico, é na verdade tarefa árdua e enigmática, por vezes ensurdecadora, por vezes catártica. Em ambos os casos, trata-se de um ofício que reinscreve a memória e reafirma a possibilidade de transmissão da humanidade em um mundo tão desumano.

*“O que herdaste de teus pais,
Adquire-o para que o possuas”.*
Goethe

Referências

- FELMAN, S.; LAUB, D. *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history*. New York: Routledge, 1992
- FREUD, S. (1915). A repressão. In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 61-73. (Obras completas, 12).
- _____. (1915). Os instintos e seus destinos. In: FREUD, S. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 41-60. (Obras completas, 12).
- _____. (1916-1917). Conferência 18: a fixação no trauma, o inconsciente. In: FREUD, S. *Conferências introdutórias à psicanálise*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 371-385. (Obras completas, 13).
- _____. (1919). Introdução à psicanálise das neuroses de guerra. In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 39-42. (Obras completas, 14).
- _____. (1939). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In: FREUD, S. *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)*. Tradução de James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 13-132. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 23).
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1988
- LAUB, D.; HAMBURGER, A. *Psychoanalysis and Holocaust Testimony: Unwanted Memories of Social Trauma*. London: Routledge, 2017.
- OSMO, A.; KUPERMANN, D. Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 329-339, 2012.
- TRACHTENBERG, A. R. C. Transgeracionalidade: sobre silêncios, criptas, fantasmas e outros destinos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 77-89, 2017.
- UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *The Survivors*. Washington, D.C.: USHMM, 2024. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-survivors>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Tramitação

Recebido 15/07/2025

Aprovado 10/03/2026